

A Ciência Nova de Vico; o Método para a Compreensão do Universo Social e Histórico do Homem

Sertório de Amorim e Silva Neto (UFU- PIBIC/ CNPq)

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Para compreendermos a postura viquiana frente a ciência moderna, antes de tudo, devemos apresentar alguns dos pressupostos envolvidos na fundamentação da concepção moderna de ciência. A ciência surge entre os modernos como o saber fundamental e essencial, isto é, como conhecimento pautado pela descoberta da verdade. Nesta perspectiva a atividade racional ocupou papel de destaque, pois, a Modernidade concebeu a razão como desveladora de toda e qualquer verdade, abolindo a interferência da tradição antiga e medieval para depositar nas potencialidades da razão o conhecimento verdadeiro de todas as coisas. Assim, a razão, desde então, passou a ser vista como o bem supremo do indivíduo, tornando-se a medida para a verdade e, portanto, do conhecimento científico.

A razão, enquanto faculdade responsável pela descoberta da verdade, assume no âmbito da ciência um papel fundamental, uma vez que, a ciência somente passou a ser aceita como o conhecimento desta verdade. Mas de que racionalidade estamos aqui falando? Que padrões os modernos adotaram para pensar esta peculiaridade da natureza humana? Para respondermos estes questionamentos, a princípio, basta lembrarmos que a filosofia racionalista de Descartes foi um dos maiores marcos da Modernidade, ela desempenhou um importante papel para a formação da consciência moderna, se constituindo no principal modelo de compreensão do mundo e do conhecimento científico.

O projeto racionalista de Descartes se nutriu de uma cisão irreconciliável entre razão e mundo concreto, isto é, entre realidades espirituais e realidades corpóreas. Este dualismo se explica pela atitude cartesiana de adotar o princípio da clareza e distinção como base para o conhecimento da verdade. Assumindo de maneira inabalável este critério para o conhecimento, Descartes impugnou a validade dos dados sensíveis. Para ele, estes testemunhos não poderiam servir como base para a verdade somente como caminho para a dúvida, por outro lado, as idéias de teor matemático se mostrando clara e distintamente à razão se configurariam no apoio seguro e certo para o conhecimento. Desta forma, Descartes negou a pertinência dos testemunhos sensíveis e vislumbrou o conhecimento verdadeiro segundo a razão abstrata e matemática.

Descartes fundamentou esta sua posição subjetivista partindo de uma ampla construção metafísica. Para a grande maioria dos modernos pensar a ciência e o conhecimento verdadeiro impunha a urgência de se pensar uma metafísica, determinando, com isso, a possibilidade ou impossibilidade deste conhecimento e em que termos isso se colocaria. Para Descartes, partindo de sua metafísica, Deus, criador de todas as coisas, dotou o homem de idéias inatas capazes de adentrarem nas noções fundamentais de todas as coisas. Estas idéias inatas são, para ele, aquelas que respeitam os enunciados lógico-matemáticos, portanto, aquelas idéias que pos-

suem total clareza e distinção. Assim, a razão como princípio desvelador da verdade e apoio sólido para a ciência é a razão matemática e abstrata. O método para a obtenção da verdade se determina segundo este modelo de razão, tudo aquilo que não se preste à sua exatidão é completamente excluído do âmbito da verdade e, portanto, do interior do conhecimento científico.

Descartes pensou a verdade, assim como a ciência, na perspectiva do mundo natural, uma vez que, para ele, somente esta realidade poderia ser reduzida à clareza e distinção das idéias matemáticas. Da enunciação do princípio da clareza e distinção como critério único para a verdade, tal como, da obtenção da certeza das idéias inatas como o fundamento último das coisas, Descartes se dirigiu à fundamentação da ciência, visualizando como tronco principal de sua árvore do conhecimento a Física.

A maneira como Descartes concebeu a ciência o levou a impugnar a validade das produções sociais do arbítrio humano. A história, a poesia e as línguas foram excluídas do âmbito do conhecimento válido, pois, não se prestando à exatidão matemática se tratando de matéria verossímil, portanto, destituídas de clareza e distinção, estas produções sociais do homem não poderiam ser pensadas na perspectiva da verdade e, desta forma, enquanto objetos do conhecimento científico. Neste prisma se tornou impossível, entre os cartesianos, pensar uma ciência acerca destas “obscuras” produções do ser social.

Em suma, o método adotado por Descartes como o caminho para se atingir a verdade limitava-se unicamente aos enunciados lógicos, excluindo qualquer referência positiva àquilo que se afastava do âmbito das matemáticas. A Ciência moderna assimilou grandemente este método, pensando a verdade na perspectiva do mundo natural e o instrumento para obtê-la os raciocínios matemáticos.

Em meio a esta orientação naturalista e matemática da ciência vemos surgir Giambattista Vico. Filósofo italiano da primeira metade do Séc. XVIII, Vico participou do contexto de fundamentação da ciência moderna, no entanto, adotou uma nova concepção metafísica para a compreensão da verdade, tal como, para o conhecimento científico. Ao contrário da metafísica cartesiana, Vico pautou sua investigação da verdade partindo do homem e não mais de Deus e da alma. No seu livro de 1710: *Dell'Antichissima Sapienza Italica*, Vico apresentou em que bases buscava fundamentar seu projeto para a ciência. Com o enunciado fundamental de que “*verum e factum* possuem relação de reciprocidade”¹ ele adotou um novo critério para o conhecimento e para a verdade. Identificando a verdade ao feito, Vico, colocou como condição essencial para a obtenção da verdade o fato de termos feito aquilo que buscamos conhecer, isto é, de sermos o seu artífice.

A verdade, no prisma viquiano, consiste no conhecimento dos elementos envolvidos na gênese da coisa, portanto, disponíveis tão somente a seu criador. Não criamos a natureza, por isso, não dispomos da multiplicidade dos elementos envolvidos em sua constituição, desta maneira, não podemos sustentar acerca do mundo natural nenhum tipo de conhecimento absoluto e inquestionável. Tudo o que venhamos a afirmar sobre a natureza se instaura no universo do provável, podendo ser refutado e abrindo a possibilidade para novas posturas. Vico acreditava que, por não termos em nossa realidade interior os elementos envolvidos na gênese do mundo natural, para estudarmos a natureza física temos que nos debruçar sobre aquilo que nos foi permi-

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

PHYSICS 311

LECTURE 10

STATISTICAL MECHANICS

LECTURER: [Name]

DATE: [Date]

TOPIC: [Topic]

OBJECTIVES: [Objectives]

AGENDA: [Agenda]

REFERENCES: [References]

NOTES: [Notes]

EXERCISES: [Exercises]

PROBLEMS: [Problems]

DISCUSSION: [Discussion]

CONCLUSION: [Conclusion]

APPENDIX: [Appendix]

INDEX: [Index]

humana poderia surgir.

Havíamos dito anteriormente que ao homem só é dado conhecer verdadeiramente as suas próprias produções, nisto se insere tanto o universo das grandezas matemática quanto o mundo social e histórico. Vico acreditava que o mundo social era dotado de maior realidade e concretude que a matemática, considerada por ele, um edifício dedutivo e abstrato. Assim, ele elegeu como objeto principal de suas reflexões esta dimensão humana, trazendo algo novo para o interior da filosofia, aquilo que os modernos tiveram horror em raciocinar, uma metafísica histórica.

Podemos adentrar mais profundamente naquilo que nós mesmos criamos, insistia Vico. A história, tão desdenhada pelos pensadores do universo natural, pode ser conhecida de forma mais segura e verdadeira do que o mundo natural. Podemos chegar à verdade das realidades históricas, fazer deste âmbito o objeto da investigação filosófica e científica.

A filosofia do século XVIII, mantendo em boa parte o formalismo lógico como único instrumento para o conhecimento da verdade, excluiu qualquer pretensão de se fazer da história e da sociedade objetos de especulação filosófica. A história e os feitos sociais são arbitrários, se determinam a partir das vontades humanas, seus conteúdos não são fixos, mas em constante mutação. Isto impossibilitou pensar a história segundo a consciência lógica dos modernos, ela se conforma mais à verossimilhança do que à clareza e distinção cartesiana.

A história não se presta ao modelo de razão que tem como referencial a abstração matemática. A história possui uma concretude, se faz pela reunião de fatos realmente ocorridos, por isso, não pode ser reduzida ao raciocínio abstrato e *a priori*, ela deve se constituir como o conhecimento dos fatos ocorridos nos vários tempos da história, se fazendo, portanto, posteriormente à ocorrência deles. A dedução não se configurou no método mais indicado ao estudo dos feitos sociais, pois ao se adotar princípios e regras gerais abstraídos de forma *a priori*, acaba-se por desconsiderar os casos particulares. Para Vico no estudo da história devemos incidir nosso foco de análise sob os casos particulares, buscando suas intenções mais profundas e uma possível conformidade entre as idéias que neles estão envolvidos. A constatação desta uniformidade de idéias entre as várias histórias particulares projeta este estudo num patamar mais alto: a formulação dos princípios universais que regem o curso histórico.

Esta interação entre as histórias particulares e as regras gerais extraídas destas histórias é o que Vico chama de "nova arte crítica" Um novo método específico para o estudo do universo social, uma interação entre as provas filológicas e a razão dos filósofos, isto é, entre a indução do particular, fornecida pelos estudos filológicos e a formulação de princípios gerais, pela autoridade dos filósofos. Estes princípios filosófico-filológicos, eram apoios seguros para o estudo sistemático da história.

Para Vico, a filosofia possibilita a constatação das linhas de uma história ideal eterna, clareando, a partir do estudo dos feitos humanos, uma racionalidade peculiar à eles. Com esta metafísica da história, Vico visou desvelar o verdadeiro que se encontra por detrás do certo da "autoridade do arbítrio humano"

O arbítrio humano, segundo Vico, "acerta-se e determina-se como o senso comum dos homens quanto as necessidades ou utilidades humanas"³ O senso comum é a faculdade humana responsável pelo agir histórico, pois a história nada mais é que a busca pela realização das necessidades sentidas pelos homens. Diante des-

tas imposições o homem se modifica e se determina, alcançando assim, a realização de sua natureza: racional e sociável. Por isso, conhecer a verdadeira natureza humana pressupõe a análise do senso comum no interior do fluxo histórico. Vico não aceitou o *cogito* cartesiano como a descoberta da essência humana. O simples fato de que penso não pode ser a essência última de minha existência. Para ele a essência humana se desdobra na história. É no interior do movimento histórico que o ser humano atinge sua natureza plena.

O senso comum, que confere ao arbítrio humano a sua participação no progresso do espírito, foi o critério legado por Vico para a compreensão da natureza humana. A nossa perspectiva de análise é de que esta postura de Vico foi a de um racionalista, depositando neste senso comum uma racionalidade peculiar, podendo, portanto, ser pensado racionalmente. Mesmo que Vico tenha se afastado do modelo racionalista cartesiano, ele adotou uma postura racionalista, procurando na história uma racionalidade imanente.

Ele encontra essa racionalidade partindo da convicção de que “o senso comum é um juízo destituído de reflexão” mas “comumente sentido por toda uma ordem, por todo um povo, por toda uma nação ou por todo gênero humano”⁴ Essa convicção viquiana o lançou à construção do princípio de que “idéias uniformes nascidas entre povos inteiros não conhecidos entre si devem ter um motivo comum de verdade”⁵ ou seja, que esta uniformidade de idéias, existente entre povos desconhecidos é a prova de uma racionalidade inerente ao agir histórico.

Este princípio viquiano se apoiou na evidência de que povos antigos, durante a fase do isolamento, atingiram as mesmas comodidades da vida em sociedade. As utilidades da vida em sociedade em várias nações não foram comunicadas mais nasceram naturalmente em cada cultura particular. Esta uniformidade não pode ser fruto do acaso, muito menos do destino traçado aos homens, mas sim de uma Providência Divina que, por mais que os homens ajam contrários aos interesses da vida em sociedade, os impele para a realização desta. É esta Providência a razão da história e as linhas de uma história ideal eterna. Vico vê nesta Providência Divina a chave para o conhecimento da verdade do ser histórico e social é ela também o critério mais alto para uma ciência das manifestações sociais do arbítrio humano e o elemento primeiro para conceber-se a universalidade no interior da inconstância da história.

A construção viquiana assumiu um caminho diferente do racionalismo cartesiano. Vico percebeu que era impossível desvincular o homem de seu agir social, e que sua racionalidade não era somente matemática e subjetiva, mas também, histórica e objetiva. Os Frutos da empreitada inovadora de Vico só foram surgir tempos depois quando as Ciências Humanas se consolidaram. Foi a partir da filosofia de Vico que se fez possível acreditar na pertinência dos estudos históricos e sociais, ele fez desta dimensão humana, tão desdenhada pelos seus contemporâneos, objeto da investigação científica e do conhecimento racional.

BIBLIOGRAFIA

- VICO, Giambattista. *Dell' antiquissima sapienza italica*. (tradução do latim para o italiano de Fausto Nicolini) Milão/Nápoles: Riccardo Ricciardi, 1953.
— . *Principi di Scienza Nuova*. Milão: Riccardo Ricciardi, 1992.

NOTAS

1. VICO, 1953.p.248.
2. Ibidem. p.249.
3. VICO, 1992.p.81.
4. Ibidem. p. 81.
5. Ibidem. p. 81.